

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 516.246 - TO (2019/0174913-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
MARIA DE LOURDES VILELA - TO000425  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : ADAO PEREIRA DOS SANTOS VIANA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSIÇÃO DO REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. FACULTADO O RECURSO EM LIBERDADE. RELEVANTE ALTERAÇÃO DO CENÁRIO FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO.

*Writ* prejudicado.

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Adão Pereira dos Santos Viana**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça do Tocantins.

Infere-se dos autos que o paciente, preso em flagrante em 4/5/2019 juntamente com outros dois corréus, teve a prisão convertida em preventiva na audiência de custódia em 6/5/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (Processo n. 0018502-57.2019.827.2729 - fls. 24/27).

Irresignada, a defesa impetrou o HC n. 0012598-95.2019.827.0000, tendo o Tribunal *a quo*, por unanimidade, denegado a ordem (fls. 106/110).

Sobreveio o presente *writ*, no qual a defensora pública sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar a decretação e manutenção da prisão preventiva, bem como a ausência dos requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta, ademais, a desnecessidade da custódia cautelar, ante as condições pessoais favoráveis do ora paciente - *primário, possui residência fixa no distrito da culpa, exerce atividade lícita* (fl. 8) -.

Requer, assim (fl. 10):

# Superior Tribunal de Justiça

**CONCEDA LIMINARMENTE A ORDEM** para assegurar ao Paciente que aguarde, EM LIBERDADE, o deslinde DO PROCESSO E DE TODOS OS RECURSOS PROCESSUAIS EM ANDAMENTO, sendo ao final deferida de forma definitiva;

II - Subsidiariamente, pugna a defesa pela aplicação de medidas cautelares diversas conforme artigo 319 do CPP;

Liminar deferida (fls. 113/115).

Prestadas as informações (fls. 123/124 e 127/128), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus*; se conhecido, pela denegação da ordem, cassando-se a liminar anteriormente deferida (fls. 132/136).

É o relatório.

Em 13/8/2019, o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da comarca de Palmas/TO julgou procedente a pretensão estatal e, por conseguinte, condenou o ora paciente à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 250 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e apresentação mensal junto à CEPEMA, pela prática do crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, facultado o recurso em liberdade (PROCESSO N. 0024171-91.2019.827.2729 - fls. 138/148), fato que esgota a pretensão contida na presente impetração, dada a perda superveniente do objeto da demanda e a alteração do cenário fático-processual.

Consequentemente, perdeu o objeto o *writ*. **Julgo-o**, pois, **prejudicado** (arts. 659 do Código de Processo Penal, 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ). Por óbvio, fica sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator